

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Victor Fernandes

A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM TEMPOS DE AGRONEGÓCIO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva.

Juiz de fora
2017

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **VICTOR FERNANDES**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201373234A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM TEMPOS DE AGRONEGÓCIO**, desenvolvido durante o período de 22/08/2016 a 17/01/2017 sob a orientação de PROF. DR. FELIPE MAIA GUIMARÃES DA SILVA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

VICTOR FERNANDES

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL EM TEMPOS DE AGRONEGÓCIO

Victor Fernandes¹

Resumo

O agronegócio nas últimas décadas têm revolucionado as atividades econômicas do mundo rural. Nunca se investiu tanto, nunca lucrou-se tanto no setor agrícola. Altos investimentos em tecnologia e em estudos, transformaram a agricultura brasileira em uma máquina produtora de divisas. O sucesso é tanto, que muito autores arriscaram-se em dizer que o agronegócio é a resposta para todas as demandas do campo. Por outro lado, existem aqueles que dizem que o capital tem cooperado para aumentar as disparidades já existentes no campo. Dentre elas, podemos citar o aumento da desigualdade social, o aumento do êxodo e por fim a degradação ambiental. Diante desse contexto, a necessidade de se discutir o papel da reforma agrária é inevitável. Os processos atuantes no campo vão além da solução via capital. Dinamização do mercado interno, produção de baixo custo, são apenas exemplos de alguns dos benefícios promovido por uma política seria de divisão de terras.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Reforma Agrária. Capital.

1. INTRODUÇÃO

É de comum saber que países desenvolvidos economicamente e socialmente devem boa parte desse sucesso a um certo nível de comprometimento com a questão da reforma agrária. Nesse sentido, podemos citar o exemplo dos Estados Unidos da América, que em 1862 através do presidente Abraham Lincoln, promulgou a primeira lei referente a partilha de terras. Evidente que o exemplo norte-americano não é perfeito e possui algumas vicissitudes, contudo não se nega que esse advento os ajudou a construir uma sociedade menos injusta. Entretanto, vale salientar que essa divisão de terras se deu antes de até mesmo surgir a ideia de uma dita reforma agrária. Essa só apareceu bem mais tarde do que o Homestead Act.

Mudando o foco para o Brasil, que é o objetivo deste trabalho, podemos notar que mesmo sendo contemporâneo aos EUA no que tange à independência, sua relação com a reforma agrária se deu de forma bem mais distinta. Os entraves sobre a questão rural brasileira remonta aos primórdios do estabelecimento da república. Em cada época, o desejo de se fazer uma dita reforma agrária abrangente, sempre teve grandes inimigos. Desde as grandes elites agrárias, passando pelo estereótipo comunista, até, por fim, chegar nos dias atuais, onde o seguimento que é movido pela intensa implementação de capital e tecnologia, mas conhecido como agronegócio, é visto por muitos intelectuais como o mais duro adversário que já surgira.

O sucesso da tecnologia empregada no campo brasileiro e o retorno financeiro proporcionado pelo mesmo, é inegável. Ao ponto de muitos autores desconsiderarem a relevância e a necessidade de se promover a tão aguardada e abrangente reforma agrária brasileira nos moldes clássico do qual sempre fora idealizada.

É justamente sobre este ponto, que este pequeno trabalho se debruçará. Não tendo por intenção esgotar o assunto ou até mesmo tomar partido de algum dos lados, mas trazer a luz os argumentos que defendam as tendências aqui já mencionadas.

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

Elisa P. Reis em seu artigo “Brasil: Cem anos de questão agrária”, faz uma grande e rica análise sobre o panorama histórico relacionado a trajetória da questão agrária brasileira. Ela se utilizará da vertente republicana para dar curso ao seu estudo. O processo se inicia em 1890 e se estende até 1930, no que ela chamou de primeira etapa de sua análise (República velha). Nesse recorte de tempo que compreende a república velha, a autora informa que o campo brasileiro, mas precisamente nas regiões nordeste e centro-sul, o Brasil começou a experimentar uma série de mudanças que ela chamou de modernização. Nessas regiões onde se concentravam os grandes latifúndios, os resultados dessa tal modernização não chegou aos pobres do campo. Fato que fez dessa mudança tecnológica significar quase nada para a população mais vulnerável.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: vic10t@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva.

A escravidão segundo a autora, serviu para atrasar a penetração do Estado no campo. A abolição da mesma se tornou um grande dilema para os grandes latifundiários, até porque eles queriam manter a alta produção com um baixíssimo custo de trabalho. Contudo, devido a uma grande pressão externa a mesma fora implantada e apresentou resultados distintos nas regiões nordeste e centro-oeste. Enquanto a primeira utilizava-se de apenas 10% de trabalho escravo a outra era muito mais dependente dessa força de trabalho, o que colocava em cheque o poderio expansionista da região centro-oeste que era respaldada pela grande força de trabalho reserva.

Segundo a autora, uma possível interação entre as regiões poderia ter mudado a sorte dos trabalhadores rurais, que agora disputavam trabalho com o contingente de homens livres oriundos da abolição da escravidão, já que a região centro-oeste tinha como absolver toda a mão de obra excedente do nordeste. Mas o que se viu na prática foi atitude reacionária dos latifundiários, que preferiram optar pela mão de obra estrangeira do que absolver os trabalhadores locais. Para a autora o advento do fim da escravidão em nada alterou o panorama do campo brasileiro. As desigualdades entre patrão e trabalhador continuaram as mesmas, e mais, a tradicionalidade principalmente no nordeste, nas plantações de açúcar, consolidaram uma ideologia paternalista que racionalizou formas de coerção extraeconômicas sobre a força de trabalho.

O segundo período que Elisa P. Reis aborda, vai de 1930 até 1964, período esse que foi marcado pelo declínio da imigração estrangeira e pelo começo de uma crescente migração interna. Ela vai relatar que apesar de o governo Vargas apresentar um bom desempenho no que se refere a modernização, ele pouco fez para desmontar a estrutura de poder no campo. Em seu governo, deu-se a entender que o campo tinha o papel exclusivo de ser um produtor de alimento barato, mão de obra barata e um provedor de matéria-prima para o dinâmico pólo urbano-industrial da economia. Sendo assim, as atividades do campo deveriam permanecer inalteradas e não comprometer as posições das elites que estavam no poder e que davam sustentação a coalizão conservadora que apoiava o presidente Getúlio Vargas.

Fora da arena política e diante das péssimas condições de trabalho no campo, os camponeses viram no êxodo a única forma de almejar uma vida melhor. Elisa P. Reis argumenta que o êxodo ao longo do tempo se mostrou incapaz de amenizar as condições da classe no campo. Aliás, houve um grande aumento das grandes propriedades durante esse período. Para se ter uma ideia, essas grandes propriedades representavam 50,9% da área cultivável. Esse disparate fomentou a partir dos anos 50 a criação de grupos organizados que tinham como bandeira a luta por melhores condições socioeconômicas para o campesinato. As ligas camponesas (organizações do campesinato) logo tiveram o apoio de partidos da esquerda. Pelo fato do grande número de pessoas que faziam parte do meio rural, o movimento ganhou muita força ao ponto do governo Goulart os apoiar criando uma nova legislação para tornar possível uma fácil sindicalização rural. Este movimento que surgiu no nordeste brasileiro, tinha como bandeira a busca por melhores condições de trabalho, sendo esse trabalho alicerçado com base no contrato (assegurando o mínimo de direitos) e também, na redistribuição de terras, provocando de imediato um forte temor das elites agrárias. Sendo assim, sobre o pretexto de evitar a “implementação” do comunismo, essas elites patrocinaram o golpe militar de 1964. Este tornou subversivo qualquer demanda por reforma agrária ou qualquer extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais.

O 3º e último período de seu estudo, Elisa P. Reis compreende toda a trajetória do regime militar e vai até a restauração do governo civil. Ela diz que assim que foi instaurado o regime, uma onda de repressão tomou conta do país, que por sua vez impactou de forma negativa a mobilização camponesa emergente. Sindicatos foram fechados, líderes presos e torturados, e a questão agrária passa a ser neste momento um movimento desprovido de todo o seu cunho político tornando assim um item integrante das políticas públicas controladas pelos militares. Diante disso, argumenta Elisa P. Reis, que o campesinato tentou reagir ao controle exercido pelos militares, tal resistência fez com que alguns processos fossem implementados em relação a questão da reforma agrária, são eles: uma visível atuação do Estado no campo através de sua máquina burocrática que promoveu uma alteração nas relações do campo, alterando-o de uma prática que até então era clientelista para um novo *modus operandi*. Também foram implantadas políticas agressivas modernizantes que resultaram no surgimento de uma força de trabalho baseada no proletariado, acompanhado de uma intensa capitalização agrícola que converteu tradicionais fazendas em modernas empresas agrícolas. Somando a isso, houve também a promoção de abertura das fronteiras agrícolas às empresas agrárias de larga escala e o incentivo a participação de políticas públicas. Com essas diretrizes, por incrível que pareça, o regime militar melhorou a situação do campo brasileiro. Introduziu benefícios sociais mínimos aos pobres do campo e lhes deu cidadania, de forma limitada, mas ainda sim relevante. Sem falar no número de sindicatos que embora sofressem um rígido controle, expandiu durante os anos de 70 e 80. Elisa P. Reis chamou a atenção para as aparentes contradições da atuação do regime militar na sua atuação junto ao campo brasileiro. Reprimia qualquer expressão

independente – de origem camponesa, ao mesmo tempo fomentava uma grande incorporação do movimento através de concessão de mínimos porém importantes direitos trabalhistas. Contudo, a autora ressalta que os habitantes do campo se tornaram também agentes participantes no que se refere a tentativa de transformar a mão de obra do mesmo em uma espécie de novo proletariado. Essa onda de proletarização fez uma parte dos habitantes do campo, fugir para as fronteiras, para escapar dessa tal modernização, preservando assim o estilo de vida camponês ameaçado.

Por fim, Elisa P. Reis observa que outros grupos que não se encaixaram no esquema “modernizante” do Estado, aderiram as estratégias como a da “Voz” para que seus anseios em relação a terra fossem ouvidos. O chamado movimento dos sem-terra é um importante exemplo da prática da “voz” no que se refere a mobilização alternativa de reivindicação. Sendo assim, Elisa P. Reis finaliza seu estudo chamando a atenção para o fato da complexa relação do Estado brasileiro com o campo, e de como a atuação dos poderes oriundos do capital juntamente com a modernização projetam um futuro duro para a estrutura agrícola do país. Contudo, ainda há e sempre haverá resistência, e a instigação do campesinato prevista pelo amplo espectro de intelectuais pode até se confirmar, mas não será algo tão fácil de se dar.

2. O AGRONEGÓCIO SUBSTITUIU A DEMANDA POR REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL?

Para responder essa pergunta, vou valer-me do artigo -“As Sete teses Sobre o mundo Rural Brasileiro”- escrita por Antônio Duainim, Eliseu Alves, José maria da Silva e Zander Navarro. Esse artigo traça um olhar abrangente sobre a situação atual e as tendências do desenvolvimento da agropecuária e o impacto do capital através da tecnologia no campo brasileiro.

A primeira tese começa falando sobre a década de 90 e de como a mesma passou por grandes transformações em relação a produção. A terra nesse momento deixara de ser a principal fonte de produção de riqueza social, diferentemente do passado cujo a posse da mesma era considerada um grande elemento de poder. Antigamente o processo de ocupação do espaço rural e o modo de como a agricultura se dava, eram baseados exclusivamente para acumulação patrimonial, aquisição de terras e na exploração de mão de obra a custo baixíssimo. Até porque a produtividade nunca fora o carro-chefe das atividades do campo. O novo padrão baseado no capitalismo faz a terra perder o seu papel principal de centralidade do campo. O capital impulsiona todas as esferas de produção impactando o desenvolvimento agrícola e agrário. Sendo assim, a obtenção de renda no meio rural passa a depender diretamente do investimento de capital para melhoria da infraestrutura, sendo ela um maquinário, tecnologia ou no treinamento do “capital humano”. Com o novo padrão imposto pelo capital ao campo, gerou uma espécie de desmaterialização do mesmo que é, na verdade, uma forma tendenciosa de separar a propriedade da terra, com relação ao seu uso. Esse novo modo de utilização da terra, irá impactá-la de maneira positiva no que diz respeito ao futuro da agropecuária, principalmente na forma em que a atividade deva ser administrada, saindo o amadorismo e entrando o profissionalismo.

O capital, dominará todo o cenário na produção agrária, rebaixando todo o peso do fator terra. Estas previsões são baseadas no excelente desempenho das últimas décadas no setor; fato que prova que a tecnologia promoveu um crescimento sustentável da atividade produtiva. Houve um grande crescimento do setor a partir dos anos 90, onde o saldo comercial da agropecuária experimentou um crescimento vertiginoso, saindo da base dos 10-12 bilhões de Dólares (faixa dos anos anteriores aos 90) para os inacreditáveis 20 bilhões de Dólares em 2003. Esse crescimento continuou até chegar a marca espantosa de 77 bilhões de Dólares em 2011. Isso é resultado principalmente do aperfeiçoamento oriundo de um ambiente de inovações com ênfase na produção técnica, que por sua vez, estimula um incessante crescimento de produtividade. Outro fator muito interessante é o fato da implementação da tecnologia gerar uma grande cadeia produtiva, até porque a mesma pode ser aplicada e adaptada para qualquer região.

A segunda tese do artigo tratará dos desafios das constantes inovações na agricultura. A desinformação sobre do que chamaram de “Revolução Verde”, faz com que as polêmicas sejam alimentadas e intensificadas sobre a modernização do campo. Os críticos dessa tal revolução, ignoram os impactos positivos dos resultados oriundos da tecnologia aplicada ao campo. São incapazes de reconhecer que a tecnologia tem como objetivo de otimizar as áreas cultiváveis evitando desmatamentos, e de quebra contribuindo para afastar o fantasma da fome no mundo. É evidente que o advento da tecnologia no campo não é só mar de rosas e que o uso de produtos químicos em demasia, as questões sociais relativas ao campo e o impacto ambiental, são debates levantados em todo lugar no mundo, contudo somente no Brasil as críticas foram capazes de paralisar o processo de pesquisa científica.

Outro ponto importante sobre a defesa do uso da tecnologia, é o fato das inovações serem impactadas pelas reivindicações sociais e pelas mudanças institucionais, pois as mesmas provocam uma perspectiva de grande complexabilidade para o “desenvolvimento” da agricultura. Pois além de atender as antigas demandas como produtividade, redução de custos e maior produção, tem que se encaixar na demanda social. A grande demanda mundial por alimentos torna absurdo as propostas de tecnologia alternativas de uso local e de baixa produtividade que muita das vezes veem com pretexto de proteção ambiental. Outro aspecto que deve ser analisado, é a cerca das velhas ideias em torno do meio rural; pois é inevitável separar indústria da agricultura, a vida rural e a sociedade com um todo e formas de produção e padrão de consumo. Não há mais espaço para se perder tempo com polaridades do tipo agricultura familiar vs agronegócio.

A terceira tese do artigo tratará do desenvolvimento agrário e do desafio que o mesmo enfrentará em relação a dinâmica da concentração e a inevitável depreciação das pequenas propriedades. Essa tese começa mostrando um estudo de 2010 onde se compara a grande concentração de renda no setor rural. A disparidade social é tão grande que a princípio pensa-se que os números apurados pelo censo (2006), estivessem errados. Neste estudo, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dos estabelecimentos rurais ficam apenas com 33% da renda produzida no campo. Em contrapartida, os estabelecimentos mais ricos, cerca de 0,62% do total, ficam com metade do valor produzido. As políticas públicas estão baseadas em informações que não representam as verdades da produção agrícola brasileira. O mantra de que 70% da produção agrícola vem da agricultura familiar, não encontra respaldo nos números obtidos pelo censo (2006). Sendo assim, é quase impossível incentivar políticas agrárias eficazes que possam atender aos problemas sócias do campo. Nesse caso, fica visível que o desenvolvimento no campo tem que ser acompanhado de perto, pois há uma disparidade que deve ser encarada de frente. De um lado uma minoria de produtores preparados para extrair o máximo das oportunidades e do outro a imensa maioria de pequenos produtores pressionados pela altíssima concorrência. Essa constatação, leva-se a traçar um futuro onde as pequenas propriedades não terão mais relevância alguma, pois o advento do “desenvolvimento” as engolirão, até porque um pouco mais de 1% das propriedades (55 mil hectares de terra) puderam responder por toda a produção agrícola inclusive a parte destinada para exportação, colocando assim em xeque o futuro e o lugar social e econômico dos produtores familiares.

A quarta tese vai trazer à tona o fato de muitos já darem como superado a demanda por reforma agrária no campo, pois o mesmo foi surpreendido por mudanças sociais que substituíram a ideia de que somente se alcança uma dita acumulação de capital via repartição de terras. Pois nos anos 50 quando o debate era forte sobre o tema, havia forte acumulação de capital oriunda de uma massante industrialização, e uma política de distribuição de terras que não necessariamente eram motivadas por uma dita demanda social.

Uma síntese do debate sobre a reforma agrária estava pautada sobre quatro grandes necessidades, imprescindíveis para implantação da mesma, são elas: distribuição de terra; aumento do mercado interno; aumento da produção e o lucro – por fim, defender a questão social no campo. Há muitos autores que estão muito mais preocupados com a expansão capitalista do que com o atraso produtivos das atividades agrícolas. Mais especificamente o artigo trará a opinião de Maria da Conceição Tavares para reforçar a ideia de que houve um rigoroso padrão de acumulação de capital mesmo em um cenário sem reformas agrárias, e ainda por cima uma alta concentração da propriedade. Contudo a autora não deixou de observar que nesse período houve uma absurda concentração de renda, contrastando com a recém-criada indústria de bens duráveis.

Outro ponto importante da quarta tese, é que a evolução da agricultura nas regiões rurais e a evolução da sociedade como um todo, vem deixando cada vez mais a questão agrária em segundo plano, quase sem importância. Segundo os autores dessa tese, é quase insignificante a atuação de milhares de pequenos produtores num cenário onde o dinamismo é o carro-chefe do mercado interno—por isso uma reforma agrária pautada nos mesmos moldes do passado é inconcebível. Uns dos problemas mais graves do campo sempre foi o êxodo. Que outrora acontecia pela falta de terra para trabalhar, fato que não ocorre mais, pois hoje a motivação maior do mesmo é a busca pela sociabilidade. A reforma agrária não se relaciona mais com a ideia de que é necessário a cultivação em novas áreas para o aumento da produção, pois isso pode ser adquirido pela tecnologia já implementada. A quarta tese é finalizada com a conclusão de que a reforma agrária perdeu sua relevância no momento em que suas demandas foram superadas, incluindo principalmente a discussão sobre o campesinato. Até porque, a mesma já não se encaixa como argumento viável para o desenvolvimento do campo.

A quinta tese desse artigo, vai trazer a problemática do papel do Estado diante das novas demandas impostas pela modernização. O papel do Estado mudou ou deveria mudar segundo os autores, pois sua ação já não é tão necessária num quadro onde os desafios atuais ultrapassam a sua capacidade. Sendo assim, o agente privado é o único capaz de ofertar soluções para os novos tempos. A queda do financiamento publico nos últimos 20 anos, mostra que a previsão de que o setor agrícola não sobreviveria sem o mesmo, não vingou. Pra

além disso, nota-se uma grande mobilização dos agentes privados, não somente em relação ao financiamento mas também na parte do know-hall de toda a produção, dando conta assim de todas as demandas. Contudo, mesmo assim, ainda existe uma demanda por subsídios oriundos do setor estatal, fato que é encarado apenas como um ato ligado as forças políticas. A “fuga” do Estado pode ser também compreendida pela queda da participação dos gastos públicos totais com a agricultura, chamada de funções relacionadas a “agricultura e a organização agrária”. No entanto, este afastamento ou mudança de prioridade das elites políticas não vem acompanhadas por ações inovadoras convergentes com a nova fase em andamento, pelo contrário, nota-se uma apatia diante dos já conhecidos problemas relacionados a deficiência sistêmica, institucionais e a infraestrutura de logística. O Estado brasileiro é bastante questionável em relação a sua atuação no campo. Criação de diversas agências e ministérios contrastam com a grande fuga de subsídios que o campo vem sofrendo nos últimos anos. Isso só confirma o total desconhecimento das tendências e do desenvolvimento rural brasileiro.

A sexta tese começa falando sobre os países de capitalismo avançado onde a agricultura se mostrou ao longo do tempo menos rentável do que práticas econômicas de outros setores. Isso fez perder o interesse dos detentores do capital em relação a atividade do meio rural. Portanto, a atividade do campo sofreu um processo chamado de “desaburguesamento”, isso quer dizer que a atividade passou a ser controlada não mais pelo grande capital mais sim por famílias de classe média. Essas famílias de classe média contaram com uma forte proteção do Estado, fato que as possibilitou produzir alimentos mais baratos. Essa prática foi chamada de “segurança alimentar”, algo muito positivo na época. O Brasil diferentemente desses países, nunca contou com a devida atenção do governo para interferir no meio social agrícola. O resultado disso é que em regiões onde há geração de riquezas, há também uma crescente marginalização social dos pequenos produtores. A verdade é que o Estado é o grande culpado pelo fato da vida dos pequenos produtores ser permeada pela dificuldade gerada pelo sucesso dos grandes proprietários. Por fim, a sétima e última tese vai abordar o fato de que o modelo brasileiro é baseado no modelo norte-americano do pós-guerra, mas que sofre muitas críticas de estudiosos da área. Principalmente quando os mesmos se utilizam do modelo europeu para fins de comparação.

Para completar, as autoridades utilizam-se de um alto nível de improviso quando se trata de políticas públicas. Chegam ao ponto de descartar a opinião de pesquisadores que muita das vezes têm mostrado a verdadeira situação ao qual o campo brasileiro se encontra. Diante desse quadro, o futuro da agricultura do Brasil está fardado a repetir o que aconteceu na Argentina; onde houve um grande desenvolvimento em determinados setores do meio agrícola, mas simultaneamente a isso ocorreu um grande esvaziamento demográfico de suas regiões rurais. No Brasil apesar de apresentar um sucesso bem mais expressivo do que seu vizinho, ainda se verifica uma transição demográfica. Fato é, que se os indicadores de desenvolvimento se mantiverem, provavelmente algumas regiões brasileiras experimentaram o padrão Argentino. Somente uma verdadeira política de desenvolvimento agrário resultante de um amplo e plural processo de debates sobre as realidades agrárias, poderão superar a “mitologia” sobre o mundo rural e evitará a argentinização do campo brasileiro. De fato, a atuação do governo brasileiro no campo hoje é equivocada do ponto de vista social em relação ao desenvolvimento do mesmo. A sociedade precisa decidir qual governo ela quer, aquele que promove uma agricultura altamente eficiente operada exclusivamente pelos grandes produtores ou um governo que consiga equilibrar as forças econômicas do campo e ajudar os produtores médios e pequenos, para que o sucesso seja compartilhado por todos.

2.1 REFORMA AGRÁRIA: PARA ALÉM DE UMA SIMPLES DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

No imaginário popular, a reforma agrária é o processo de distribuição de terras improdutivas para famílias necessitadas que querem produzir. Contudo, a reforma agrária vai bem além dessa visão simplista. Para aprofundar um pouco mais e demonstrar que uma política séria de reforma agrária tem diversas implicações na sociedade, vou usar como pano de fundo o artigo “A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: Uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen”, escrito por Sérgio Pereira Leite. Um artigo rico em detalhes que traça um olhar amplo e ao mesmo tempo crítico sobre os efeitos da reforma agrária no campo brasileiro. Leite já de início cita Eric Hobsbawm, dizendo que sua máxima sobre o fim do campesinato, que se daria na segunda metade do século XX, não se confirmou. Aliás, de acordo com vários estudos que utilizaram o espaço temporal de 10 anos, mostraram que longe de ser uma nostalgia, a questão agrária agregado as transformações econômicas políticas e sociais, merece uma grande atenção. Não há dúvida de que essa questão precisa passar por um novo redimensionamento.

O autor relata na introdução de seu artigo, que existem muitos debates acerca do tema reforma agrária nos países em desenvolvimento. Estes, muitas das vezes são acalorados, no entanto, passam a margem de

uma análise mais sensata acerca das questões sociais, políticas e econômicas, do contexto histórico mais recente. Uma das críticas mais acentuadas que surgiu nesses debates, é referente a área econômica e de como a mesma será impactada caso seja submetida a um efetivo programa de reforma agrária. Outro ponto muito lembrado é o caráter inoportuno da democratização de terra no atual estágio dessas sociedades. Segundo Leite, essas colocações são oriundas dos anos 60 e 70, onde houve um intenso investimento de caráter técnico na agricultura – esse processo recebeu um grande volume de críticas. Para embasar esse argumento, o autor cita a crítica de Maria da Conceição Tavares que dirá que o caráter reformista, ou melhor, o pensamento reformista latino-americano era baseado em 3 grandes alicerces que eram: a ruptura do poder político tradicional (democratização), a redistribuição da riqueza e de renda (justiça social) e a formação de mercado interno (industrialização). Mas no Brasil, devido as mudanças ocorridas no campo durante as décadas de 60 e 70, combinado ao marco político e ideológico, reduziu essa ideia de reforma, em uma mera distribuição de renda.

A ideia de “revolução” agrária segundo Leite, contribuiu para que o significado econômico clássico da reforma agrária (formação de mercado interno), fosse progressivamente fortalecer a ideia reducionista da mesma. Tavares continua a dizer que as mudanças tecnológicas e econômicas ocorridas nesse período não foram capazes de quebrar a conceituação da terra e da riqueza que continuaram nas mãos daqueles que encarnavam os novos interesses agroindustriais combinado a expansão da fronteira e dos interesses agrários tradicionais. Segundo o autor, Tavares vai encerrar seu pensamento lembrando o quão foi importante o fator terra na economia e na política. Ressaltando que com o crescimento da modernização conservadora da produção e o agravamento dos fatores de exclusão tornaram mais crítico a questão da terra. O reducionismo ao qual Tavares descreve, foi reforçado pelas conjunturas das últimas décadas onde questões que tratavam da complexabilidade do meio rural foram substituídas pelo discurso do produtivismo, este baseado no lucro, tecnologia e nas questões institucionais. As amarras do reducionismo devem ser desfeitas aumentando as oportunidades sociais através de uma reforma agrária ampla cujo a importância é fundamental para o desenvolvimento social sustentável.

2.2 CRÍTICA MAIS DIRETA A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Leite diz que em países em desenvolvimento as estatísticas mostram que naqueles onde há alta concentração de terras, existem maiores dificuldades em desenvolver processos de crescimento econômico. Como consequência disso, nota-se que a questão da promoção da justiça social fica prejudicada e milhões de pessoas são jogadas as margens de um processo de cidadania plena. A reforma agrária é um grande veículo para amenizar esse quadro – contudo, são necessárias bases de forças políticas e sociais que a sustentem. Leite dirá que o processo da reforma agrária poderá se sustentar sem que esteja alicerçado em pressupostos históricos – porém, vale salientar que junto com as medidas que implementem essa reforma, há os problemas do atual desenvolvimento padrão que por sua vez é braço dos grandes grupos que impedem um desenvolvimento mais justo e igual dessas nações. Leite chama a atenção para a vasta literatura produzida nos últimos anos, mostrando que o campo a partir dos anos 50 e 60, absolveram grandes quantidades de crédito, insumos modernos e tecnologia na produção. Com isso, nota-se um vertiginoso crescimento da produção de matéria-prima e alimentos, tanto para exportação quanto para o mercado interno. A união da tecnologia com os interesses do capital no campo, gerou o que chamamos de “agronegócio”(tema já abordado aqui) ou se quiser, industrialização da agricultura. A modernização do campo teve seus efeitos negativos – dentre eles podemos destacar a concentração de propriedade, desigualdade na renda, êxodo rural, exploração do trabalho e a depreciação do meio ambiente – esses efeitos perversos segundo Leite, levaram a criação de organizações ligadas aos trabalhadores rurais.

A questão agrária no Brasil está inserida num debate complexo e crescente, portanto, cria-se a imagem de que há um reconhecimento relevante da causa na sociedade. Segundo Hirschman, (1996: 651), esclarece que as mudanças tecnológicas que começaram a acontecer decretaram sob a ótica dos pensadores latino-americanos, que a ideia de reforma agrária se tornaria obsoleta e somente seria compreensível sua existência em economias de base rural com um mercado interno pequeno e com uma tímida industrialização. Isso segundo Hirschman, nos leva a pensar até que ponto o “agronegócio” tira a necessidade de uma reforma agrária abrangente.

Mudanças de ordem técnica no campo segundo Leite, não só altera a eficácia da produção mais vai impactar os processos sociais relativamente autônomos como afirmação política do campesinato, a intervenção do Estado no setor rural, a migração rural urbana, e as representações de diversos atores sociais (igreja católica e ONGS). A questão do campo vai além das disputas entre camponeses e latifundiários, o Estado é responsável

por uma série de medidas como a construção de obras públicas, ajuda na hora da calamidade, controle dos preços e proteção do meio ambiente. O Estafo atraiu atividades agroindustriais quando assumiu uma política de modernização. Trouxe também através disso uma especulação latifundiária onde o capital de diversas origens se utilizaram da máquina do Estado, criando no campo uma coalizão de interesse.

Segundo Leite, os autores que decretaram a obsolência da reforma agrária nos anos 80, falharam em não observar as demandas de diferentes organizações camponesas e de trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra e aos recursos naturais.

2.3 REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Leite, a reforma agrária não deve ser entendida somente no que se refere a política de distribuição de terras – pra além disso. Deve ser compreendida como um processo mais geral que envolve acesso aos recursos naturais, à tecnologia, aos financiamentos, ao mercado de trabalho e em especial à distribuição do poder político. A manutenção de terras já ocupadas que são os casos dos indígenas e quilombolas, devem ser respeitadas por uma legislação que lhe deem segurança, diga-se de passagem. Segundo o autor, a construção de um ideal de reforma agrária passa necessariamente pela ação do Estado, que terá de absorver o conflito de ganhadores versus perdedores – já que muitas terras que não cumprem sua função social deverá ser desapropriada. Contudo, ele cita Hirschman para dizer que esse conflito é basicamente “ossos do ofício”. Leite argumenta que vários autores construíram a partir das discussões relativas ao papel do Estado na distribuição de ativos fundiários voltados para combater a pobreza, várias tipologias que diferenciam daquelas usuais a política de reforma agrária, são elas: políticas orientadas pelo mercado (Market-led), cujo o eixo é dado pelos ganhos de eficiência econômica e produtividade; aquelas desenvolvidas pelo Estado (state-led), que está relacionado à manutenção de legitimidade política, ainda que a agenda de desenvolvimento seja importante; as impulsionadas pelos camponeses (peasant-led), onde a agenda de desenvolvimento seja importante e por fim o Estado-sociedade cujo a força está no equilíbrio dessas duas últimas.

Para Leite, é necessário sair do lugar-comum onde o desenvolvimento do campo é ligado ao crescimento agrícola e ao aumento da produtividade – para ganhar prioridade estratégica no redesenho das políticas de desenvolvimento rural. A política de desenvolvimento rural era chamada para contrapor-se àquela de reforma agrária e não para complementar essa ideia; dando como exemplo o estatuto da terra brasileira de 1964 onde ocorreu uma diferenciação entre esse dois termos, principalmente no campo político do que no conceitual. Sendo assim, é necessário trazer à tona novamente a ideia central de que a prioridade deve ser dada a questão agrária deixando de lado as estratégias políticas a cerca da questão. Para entender a questão agrária, segundo Leite, não se pode estar focado somente numa perspectiva baseada na garantia do acesso dos recursos hídricos, mas voltada para o desenvolvimento sustentável onde não haja uma valorização exagerada do ambiente nobre social. A partir daí, essa dicotomia entre foco no social e no ambiental, coube uma crítica na ideia de modernização agrícola ligada ao lado da sustentabilidade. Pois os interesse das monoculturas voltadas para exportações avançaram sobre terras indígenas, sobre florestas nativas e provocaram também a expulsão de pequenos agricultores das suas regiões. Exemplo disso são os países da América do Sul como Brasil, Argentina e Paraguai. A prática da monocultura no Brasil, cresceu a uma taxa de 14% ao ano entre 2000 e 2004, enquanto o restante da produção agrícola apresentou uma taxa negativa de 1,3% a.a para o mesmo período.

2.4 JUSTIÇA, EQUIDADE E FELICIDADE SOCIAL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA.

Leite citará Vázquez (1986: 661), e sua análise onde o emprego da expressão justiça social está intimamente ligada a ideia das exigências de distribuição igualitária de riquezas, justa remuneração do trabalho, luta contra a interrupção do trabalho, distribuição da propriedade privada e dos seguros sociais. Nessa linha de pensamento, Leite citará o economista brasileiro Furtado (1992-6), onde o mesmo disse que a uniformização social oriunda da alta produtividade agrícola, não está voltada para a homogenização de classes mas sim para satisfazer necessidades de um número maior de pessoas no que diz respeito ao acesso básico de bens como alimentação, lazer e cultura. De acordo com De Janvry e Sadoulet (2001, 2002), a distribuição de terra interfere diretamente na promoção de justiça social. Para eles, quem consegue adquirir a terra automaticamente passa a possuir as seguintes vantagens: acumulação de riquezas e transferência para outras gerações; garantia para o acesso do crédito; fonte de seguridade na velhice; uma fonte de capital social local; capitalização de investimentos e por fim, a propriedade da terra eleva o status social e o poder de barganha. Finalizando o seu

pensamento, Leite citará Rodríguez (2005) que disse que guardadas as devidas proporções, a reforma agrária têm produzido ao redor do mundo uma conquista de uma autonomia por parte das famílias beneficiadas, contribuindo para a promoção de cidadania e promovendo a redução das injustiças sociais.

3. CONCLUSÃO

Como podemos ver, a questão que envolve o agronegócio e a reforma agrária é muito complexa. Os processos de transformação se dão ao longo do tempo e mostram que muitos fatores além do capital e do Estado estão envolvidos nesta questão. É muito difícil eleger o epicentro da expansão do capitalismo agrário como diz Felipe Maia Guimarães da Silva (2015, p. 5):

A redemocratização política nos anos 1980 é um marco temporal poderoso para ordenar o conhecimento sobre as transformações institucionais e nos movimentos sociais no Brasil, mas a rigor, há um conjunto de processos econômicos e sociais cuja duração remete a períodos mais longos e que atravessam conjunturas distintas, com maior ou menor continuidade. A expansão agrícola nitidamente comercial, que constituiu as bases para um forte capitalismo agrário no Brasil, é um dos processos de longa duração na história brasileira, que se pode no limite remeter ao sistema de *plantation* que marcou a colonização portuguesa.

De fato, o capital trouxe um enorme ganho econômico relacionado a sua atuação no campo, através da tecnologia implantada. Uma máquina poderosa que mesmo em tempos difíceis conseguiu avançar – se tornando um caso raro de sucesso tecnológico na agricultura tropical. Esse sucesso se deu através de vários processos e de uma ampla mobilização que envolveu diversos atores, como afirma Felipe Maia Guimarães da Silva (2015, p. 11):

Esta maturação da economia imaginada do capitalismo agrário no Brasil dependeu da articulação entre um conjunto de atores e redes, tendo a mediação estatal desempenhando um papel central, articulando recursos materiais, simbólicos e políticos. A força que a expressão “agronegócio” ganhou na esfera pública neste período pode ser um indicador do alcance desse movimento. Desde o final dos anos 1980 partes do setor mais vinculado às políticas de modernização da agricultura vinha se organizando em torno do ideário de “agribusiness” expressão de origem norte-americana aos produtos de origem norte-americano, que indicava uma expressão da economia vinculada aos produtos de origem agropecuária para além do mundo rural, isto é, da fazenda como unidade produtiva.

Como já vimos, nem tudo são flores. Os impactos dessa prática que se tornou hegemônica ao longo do tempo, vieram à tona. Pois a ideia amplamente divulgada e patrocinada de que somente os resultados oriundos do capital investido no campo são suficientes para atender a demanda social do mesmo, não se sustenta. Haja vista que no meio rural há a incidência de vários agentes socializantes, como argumenta Felipe Maia Guimarães da Silva (2015, p. 12):

Neste sentido, é importante reabrir as controvérsias em torno da expansão do capitalismo agrário. Em meados dos anos 1990, Palmeira e Leite (1998) articularam uma importante crítica à literatura que interpretava as transformações do mundo rural excessiva ou exclusivamente pela perspectiva da modernização de base técnica da agricultura. De acordo com os autores, haveria aí um reducionismo tecnológico e econômico que ofusca a compreensão de uma série de processos sociais que guardam autonomia em relação à modernização, tais como as migrações internas, a expropriação do campesinato (que não se restringe somente ao uso da terra, mas também a “categorias” e relações sociais), a mudança na política camponesa e na ação da igreja, ou os programas de reforma agrária. Assim, embora importante em seus efeitos, a modernização econômica não pode ser considerada o único vetor de mudança social no mundo rural.

Outra consequência da forte atuação do capital no campo é o fato de não haver uma distribuição da riqueza produzida, mas uma precarização dos recursos naturais e do trabalho, como lembra Felipe Maia Guimarães da Silva (2015, p. 13):

No argumento de Delgado (2012), a expansão do capitalismo agrário repõe, ainda que em bases novas, a questão agrária como problema fundiário e político. A economia brasileira reviveria formas subordinadas de inserção no mercado mundial, baseada na especialização em produtos primários, que tem por efeito criar uma pressão interna para superexploração do trabalho e de recursos naturais, sem contudo oferecer contrapartidas de socialização das riquezas aí geradas, pois o excedente é transformado em renda da terra ou em remuneração do capital. A situação do trabalho é agravada, sendo documentado o crescimento das enfermidades decorrentes da intensificação do trabalho.

O capital aplicado no campo ao longo prazo mostra que o modelo hegemônico do agronegócio e sua produção econômica não consegue dar uma resposta aos anseios sociais inerentes a realidade rural. Uma análise mais profunda mostra que o agronegócio gerou uma riqueza absurda mudando totalmente as relações comerciais do mundo rural. No entanto, é recorrente que o mesmo fomentou uma grande desigualdade social, uma visível deficiência no mercado interno e êxodo rural, dentre tantos efeitos negativos. Nesse cenário a agricultura familiar surge como uma grande alternativa de desenvolvimento sustentável do campo. Haja vista quem em países desenvolvidos onde o capital deixou de dar primazia ao campo, a agricultura familiar ocupou esse espaço dinamizando o mercado interno e equilibrando as condições sócias sem deixar de absolver novas tecnologias. A agricultura familiar pode e deve coexistir ao lado do agronegócio pois é de suma importância sua participação em relação ao preço e a diversificação do mercado interno, pois diferente da monocultura praticada pelas grandes fazendas-indústrias a agricultura familiar fomenta e oferece uma gama maior de produtos.

Enfim, não existe uma fórmula mágica para equilibrar as forças que incidem no campo. A volúpia do capital por mais valia deve ser contida pela atuação estratégica do Estado. Existem demandas socioeconômicas no meio rural que necessariamente precisa ser acompanhadas de pelas autoridades. Uma reforma agrária ampla e justa produz um resultado que vai além da simples divisão de terra, ela é fundamental para o desenvolvimento social das regiões agrícolas. Evidentemente que ninguém é tão inocente ao ponto de não levar em consideração as forças ocultas por detrás da causa. De um lado o capital, que só se preocupa em extrair mais valia, utilizando-se da velha dicotomia entre vencedores e perdedores para justificar as disparidades resultantes de sua atuação. Do outro lado, a questão política, que muitas das vezes tem o fim em si mesma; pratica costumeiramente chamada de politicagem. De fato, a questão política tem um peso muito significativo nesse jogo. A atuação de um governo que defenda práticas liberais, pode ser mais tendenciosa a atuação do capital. Em contrapartida, governos inclinados a uma social-democracia, tende a trazer uma maior discussão sobre a melhor forma de equilibrar as forças atuantes no campo.

Mas certeza mesmo é a necessidade de uma ampla discussão sobre o tema. Pois de fato existem demandas sócias no mundo rural que vão além de uma pujante balança comercial favorável.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio./jun. 2013.

DE JANVRY, A.; SADOULET, E. La inversión en desarrollo rural es buen negocio. In: Echeverría, R. (ed.) **Desarrollo de las economías rurales en America Latina y el Caribe**. Washington: BID, 2001.

DE JANVRY, A.; SADOULET, E. Land reform in Latin American: **ten lessons toward a contemporary agenda**. **World Bank's Latin American Land Policy Workshop**. Pachuca, Mexico: junho, 2002.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950 - 2003. In: JACCOUD, L. (Ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, N. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Eds.). **Análise comparada de políticas agrícolas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 279 – 342.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.1, n.1, p. 5-20, 1992.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Entrevista sobre su vida y obra. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v.35, n.140, jan./mar. 1996.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, /1995.

LEITE, Sérgio Pereira. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. **Boletim de Ciências Econômicas**, Coimbra, v. XLX, p. 3-38, 2007.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Debates econômicos, processos sócias e lutas políticas. In: SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Eds.). **Política e reforma agrária**. Rio de janeiro: Mauad, 1998.

REIS, Elisa P.. Brasil: Cem anos de questão agrária. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 281-301, 1989.

RODRÍGUEZ, F. Sin exclusiones a las mujeres: reforma agraria ya! **Foro Mundial sobre la Reforma Agraria**, Valencia, 2005.

SILVA, F. M. G. Metamorfoses da questão agrária: intelectuais, política e mundo rural no Brasil contemporâneo. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Mas alla del estancamiento: una discusion sobre el estilo de desarrollo reciente de Brasil. **El Trimestre Económico**, México, v. 33, n. 152, p. 905-950, 1971.

VÁZQUEZ, J.M. Justiça social. In: Silva, B. (coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV. 1986.